

## Agronegócio e Educação: o trabalho docente e a hegemonia do Capital

Agribusiness and Education: the teaching work and the Capital hegemonía

*Agronegocio y Educaci3n: la labor docente y el Bor3n de Capital*

Rodrigo Lamosa – UFRRJ/PPGEduc  
Carlos Frederico Loureiro – UFRJ/PPGE

### RESUMO

A Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG), entidade nacional fundada em Brasília, em 1993, implementa o Programa Educacional Agronegócio na Escola, desde 2001, nas escolas públicas. O objetivo deste artigo foi analisar o papel dos professores no projeto de hegemonia da Associação. Foram utilizadas, como procedimentos de coleta de dados, entrevistas com 17 docentes, com a diretora executiva da ABAG em Ribeirão Preto e com a coordenadora do Programa. Além disso, foi consultada a produção bibliográfica sobre o tema. Concluímos que a ABAG assumiu a tarefa histórica de "Partido do Agronegócio", articulando, na sociedade civil, a formação de uma dupla camada de intelectuais orgânicos e a difusão de uma autoimagem associada à responsabilidade socioambiental. Os professores das escolas públicas vêm assumindo o papel de difusores de uma imagem positiva do agronegócio.

**Palavras-chave:** Associação Brasileira do Agronegócio; intelectual orgânico; trabalho docente; escola pública.

### ABSTRACT

The Brazilian Agribusiness Association (ABAG), national entity founded in Brasília, in 1993, implements the Agribusiness Education in School Program, since 2001, in public schools. The purpose of this article was to analyze the role of teachers in the hegemony project of the Association. It was used, as data collection procedures, interviews with 17 teachers, with the Executive Director of ABAG in Ribeirão Preto and with the coordinators of the Program. In addition to that, the bibliographic production on the theme has been consulted. We concluded that the ABAG took the historical task of "Party of Agribusiness", articulating, in civil society, the formation of a double layer of organic intellectuals and the diffusion of an image linked to social and environmental responsibility. The teachers of public schools have been assuming the role of diffusors of a positive image of agribusiness.

**Keywords:** Brazilian Association of Agribusiness; organic intellectual; teaching work; Public School.

### RESUMEN

La Asociación Brasileña de Agronegocios (ABAG), entidad nacional fundada en Brasilia, en 1993, implementa el Programa de Educacional Agronegocio en la Escuela, desde el año 2001, en las escuelas públicas. El objetivo de este trabajo fue analizar el papel de los docentes en la hegemonía de la Asociación. Fueron utilizadas, como procedimientos de recopilación de datos, entrevistas con 17 profesores, con el Director Ejecutivo del ABAG en

Ribeirão Preto y con el Coordinador del Programa. Además, la producción bibliográfica sobre el tema fue consultada. Llegamos a la conclusión que la ABAG llevó a la tarea histórica de "Partido del Agronegocio", por articular, en la sociedad civil, la formación de una doble capa de intelectuales orgánicos y la difusión de una imagen vinculada a la responsabilidad social y ambiental. Los maestros de las escuelas públicas vienen asumiendo el papel de difusión de una imagen positiva de la agroindustria.

**Palabras-clave:** Asociación Brasileña de Agronegocios; intelectual orgánico; labor del docente; escuela pública.

## Introdução

A Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG), entidade nacional fundada em Brasília, em 1993, realiza, por intermédio da sua entidade coirmã, a ABAG/Ribeirão Preto (RP), o Programa Educacional Agronegócio na Escola, desde 2001, nas escolas públicas dos municípios localizados na região de Ribeirão Preto. Do ponto de vista do ideário ambiental, o discurso de sustentabilidade, anunciado pela entidade e promovido em suas ações educativas, defende a possibilidade de uma sociedade sem conflitos, baseada nas parcerias público-privadas, na responsabilidade individual e na racionalização do uso dos recursos naturais. Em mais de uma década, o Programa já se inseriu em dezenas de redes de ensino do estado de São Paulo, centenas de escolas, envolvendo docentes e milhares de alunos, com o propósito de valorizar a imagem do agronegócio, inclusive como protagonista de um desenvolvimento sustentável, garantido pela "modernização" do campo e pelo uso de tecnologias de ponta (LAMOSA, 2014, 2016).

O objetivo do presente artigo foi analisar a inserção do Programa Educacional Agronegócio na Escola nas redes públicas municipais de Ribeirão Preto e o papel dos professores participantes, destacando o processo de aproximação entre a ABAG e os profissionais da educação e a tentativa dessa Associação de convencê-los a incorporar-se na tarefa de valorização da imagem do agronegócio associada à sustentabilidade e ao compromisso social. Este artigo resulta de pesquisa – realizada como exigência de doutoramento, junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro – que buscou compreender os nexos entre os interesses da ABAG e sua inserção em redes públicas municipais do estado de São Paulo, conveniadas ao Programa Educacional Agronegócio na Escola, entre 2011 e 2014.

A investigação exigiu uma intensa agenda de pesquisa na região em que se desenvolve o Programa, envolvendo entrevistas com 17 docentes nele inseridos (de um total de 55 participantes, no ano de 2013), com a diretora executiva da ABAG em Ribeirão Preto e com a coordenadora do Programa. As entrevistas com os docentes foram realizadas em suas escolas, nos municípios de Monte Alto, Descalvado,

Dourado, Bebedouro e Ribeirão Preto. Em cada escola existe um único professor responsável pela realização do Programa e foi este o entrevistado. A ABAG/RP disponibilizou o contato eletrônico de todos os professores e foram entrevistados os 17 que aceitaram participar da pesquisa, perfazendo um total superior a 30% dos participantes da edição de 2013. As entrevistas realizadas com estes docentes tiveram o intuito de compreender a relação entre a ABAG e o trabalho realizado nas escolas. Neste sentido, foi definido o formato de entrevista semiestruturada (MANZINI, 1990, 2003), que seguiu um roteiro previamente idealizado pelos pesquisadores, sem perder as possibilidades para a coleta de dados, ocorridas no momento da entrevista.

### **A Associação Brasileira do Agribusiness: o Partido do Agronegócio no Brasil**

Segundo Sônia Mendonça (2010), na década de 1980, uma crise de hegemonia na classe dominante do Brasil foi desencadeada, por um lado, por uma crise de representação e, por outro, pela correlação de forças em relação à classe trabalhadora. No campo brasileiro, essa crise de representação teve sua origem nas transformações oriundas do processo de segmentação da agricultura brasileira. Este foi o contexto da difusão de inúmeras organizações, entre cooperativas e associações: Associação Brasileira dos Criadores de Zebu (ABCZ), Associação Nacional de Defesa Vegetal (ANDEF), Associação Nacional dos Exportadores de Sucos Cítricos (CitrusBR) e dezenas de grandes cooperativas representadas pela Organização das Cooperativas do Brasil (OCB). Esse contexto proporcionou também a reorganização do patronato rural, que assumiu novas formas, novos discurso e sujeitos, muitos dos quais representantes do capital industrial e financeiro. Entretanto, se, por um lado, a representação patronal estava muito fracionada, por outro, a organização política desse patronato ainda estava longe de empreender alianças com outras frações da classe dominante. Isto só seria superado na década de 1990, quando a Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG) conseguiu reunir todas as frações que “direta ou indiretamente encontra[va]m-se envolvid[a]s com a atividade agroindustrial.” (BRUNO, 1997 p.36).

Historicamente, a disputa pela representação da fração agrária da classe dominante, tanto na sociedade civil, quanto no interior do estado estrito, colocou em posições antagônicas duas entidades patronais, durante todo o século XX: a tradicional Sociedade Nacional da Agricultura (SNA) e a Sociedade Rural Brasileira (SRB). Enquanto a primeira tinha raízes no Rio de Janeiro, a segunda era paulista. As

diferenças entre as duas entidades patronais não eram derivadas de sua localização, mas das divergências políticas que acirraram as disputas entre elas, durante todo o período republicano (MENDONÇA, 1997). No entanto, não foram apenas as diferenças que caracterizaram a relação entre estas duas entidades patronais. Em muitos momentos, como durante o golpe civil-militar, em 1964, os acordos foram maiores do que as divergências, sobretudo quando diziam respeito à intocabilidade do direito à propriedade (MENDONÇA, 2010).

A concorrência entre as representações patronais agrárias aumentou na medida em que a segmentação da agricultura gerou ampla diferenciação de interesses entre as frações da classe dominante, no campo (BRUNO, 1997). Segundo Mendonça (2010), os efeitos da crise econômica da década de 1970, sobretudo a escassez de recursos públicos para o financiamento da agricultura, aprofundaram a crise de representação patronal. As frações agrárias da classe dominante, divididas em inúmeras associações, com o acirramento das disputas pelo fundo público, aumentaram ainda mais o confronto político. Foi neste contexto em que se desenvolveu a OCB.

A OCB foi fundada em 1969, por lideranças cooperativas de diferentes ramos da atividade econômica e distintas regiões de todo o país (MENDONÇA, 1997). A criação dessa agência da sociedade civil resultou da demanda de suas bases sociais por uma representação nacional. Neste aspecto, a entidade reuniu, desde sua origem, grandes cooperativas como a Cooperativa Central dos Produtores de Leite do Rio de Janeiro, liderada por Alfredo Lopes Martins Junior, diretor da OCB entre 1979 e 1983; e a Cooperativa dos Produtores Rurais de Minas Gerais, representada por José Pereira Campos (presidente da OCB entre 1979 e 1983). Além disto, a entidade manteve sempre uma relação de grande proximidade com a SRB, através de Ney Bittencourt de Araújo, diretor do Departamento de Insumos Modernos da SRB, entre 1981 e 1983, e Roberto Rodrigues, diretor da Política Cafeeira da SRB, entre 1984 e 1986. Conforme Mendonça (2010), a partir da análise da composição de seus quadros dirigentes, é possível afirmar que o empresariado agrário sempre foi a fração mais expressiva representada no interior da entidade.

Nas duas primeiras décadas de existência, a OCB adotou duas estratégias discursivas. A primeira consistiu em difundir a suposta associação entre cooperativismo, democracia e igualitarismo; a segunda foi sua autoproclamação como entidade não capitalista, alegando a distribuição dos ganhos entre os cooperados a partir de seu trabalho e não pelo seu capital (MENDONÇA, 2010). Estas estratégias transformaram o cooperativismo na negação do conflito social e fizeram com que o cooperativismo conquistasse grande legitimidade diante do

enfrentamento liderado por seu intelectual orgânico, Roberto Rodrigues, contra a União Democrática Ruralista (UDR). Esta, organizada por seu maior dirigente, o deputado Ronaldo Caiado, realizou os principais embates políticos no processo de aprovação do I Plano Nacional de Reforma Agrária, durante o governo do presidente José Sarney (1985-1989). Neste período, a OCB demandava, destacadamente: autogestão, ampliação dos créditos subsidiados por um banco a ser criado e maiores investimentos na produção de tecnologia agropecuária (MENDONÇA, 2010).

A capacidade de articulação da OCB incluiu, ao longo de sua trajetória, a aliança com entidades estrangeiras, como a *International Cooperative Association (ICA)* e a Organização das Cooperativas da América (OCA). O fortalecimento da OCB, junto à sociedade civil, refletiu-se na conquista de importantes posições no interior da sociedade política. Neste sentido, Ruben Ilgenfritz da Silva, ex-presidente da Cooperativa Regional Tríticola de Ijuí (Cotrijuí), foi nomeado para a presidência do Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC); Inácio Mimada Neto foi indicado para a presidência da Companhia de Financiamento da Produção no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); Athos Almeida Lopes foi designado para ser presidente da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater); e Luiz Carlos Pinheiro Machado (1985) e Clayton Campanhola (1995-2001) foram nomeados presidentes executivos da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) (LAMOSA, 2016).

A disputa pelos recursos públicos aumentou, significativamente, a partir da crise econômica que combalou a capacidade de financiamento do Estado Brasileiro, sobretudo a partir da década de 1980. A diminuição dos recursos do Estado, escasseados pela crise, agravou as diferenças entre as frações da classe dominante, com reflexos na representação patronal. Segmentada com a criação de entidades de novo tipo, como as cooperativas e diversas associações, as frações agrárias da classe dominante só conseguiram definir uma direção política de tipo partidária no fim da década de 1980, com o fortalecimento da OCB (LAMOSA, 2014).

A década de 1980 foi marcada, para as entidades patronais, pelas dificuldades econômicas, em uma conjuntura que combinava estagnação, inflação e dificuldades políticas, diante da crise de representação, marcada pela segmentação e a criação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), em 1984 (MARTINS, 2009). Nessa década, a crise de representação patronal agravava a situação das frações agrárias da classe dominante, em um claro exemplo de crise de hegemonia, momento em que a classe dirigente “esgota[va] sua capacidade de assimilação da sociedade em seu conjunto e que a classe dirigida não se mostra[va] preparada para assumir uma nova função nas relações de poder.” (MARTINS, 2009, p.

25). Segundo Gramsci (2011), “a crise de hegemonia da classe dirigente ocorre porque a classe dirigente fracassou em algum empreendimento político [...]” (p. 303). Na crise de hegemonia, as frações dirigentes passam a ter dificuldades em assegurar a estabilidade política. A luta por outra hegemonia foi organizada principalmente pela classe trabalhadora, organizada no campo pelo MST, que promoveu uma ampla discussão nacional sobre a reforma agrária, paralelamente à tática de ocupação das terras sem função social. Por isto, a crise descrita teve dupla dimensão: política e econômica, sendo capaz, então, de colocar em xeque o padrão de sociabilidade existente (LAMOSA, 2016). Considerando o Estado moderno capitalista, uma crise econômica pode desencadear uma crise política se:

os aparelhos privados de hegemonia da classe dominante na sociedade civil perderem a capacidade de assegurar o consenso e a coesão social. Assim, se as tentativas de assimilação de uma fração de classe ou de uma classe diante do conjunto da sociedade foram exitosas, mesmo num contexto de crise econômica é possível evitar a deflagração de uma crise política (MARTINS, 2010, p.22).

Conforme Mendonça (2010), na conjuntura de crise de hegemonia, o maior problema enfrentado pelo patronato rural brasileiro chamava-se reforma agrária e seu principal inimigo era encarnado pelo MST. O Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), de 1985, teria sido um divisor de águas, pois, na disputa em torno do Plano produzido durante o governo do presidente José Sarney (1985-1989), algumas frações do patronato rural, organizadas no interior da OCB, tornaram-se hegemônicas. Neste contexto, algumas frações dirigentes do patronato rural, principalmente a OCB, passaram a ter grande destaque entre as demais entidades. Sob a hegemonia da OCB e liderança, sobretudo, de Ney Araújo, importante intelectual orgânico, fundador da ABAG ou o “dínamo do agribusiness”, segundo Rodrigues (s/d), as frações da classe dominante, oriundas do processo de mudanças no campo brasileiro, articularam-se para consolidar o *agribusiness* no Brasil (LAMOSA, 2016).

No fim da década de 1980, a OCB, principalmente através de Roberto Rodrigues, conclamava a adoção um regime econômico liberal, para que os investimentos privados fossem maciços (MENDONÇA, 2010). Neste momento, segundo Mendonça (2010), “se afirmaria o novo projeto hegemônico emanado da OCB: a consolidação do agronegócio no Brasil.” (p.76). A OCB, a despeito de ser a mais nova “representação legal-formal”, passou a ter a hegemonia entre as demais representações, a partir da década de 1980. O fortalecimento da organização representou uma reviravolta na crise de representação do patronato rural, resultando

na vitória desta organização no período entre as acaloradas discussões e disputas em torno do PNRA e a aprovação final do texto constitucional de 1988. A OCB reuniu diferentes perfis de cooperativas, sobretudo associações de grandes proprietários, havendo também a participação de pequenos proprietários, em associação às frações industriais e financeiras, disputando com outras entidades, como a SNA e SRB, a direção das políticas públicas em ministérios como o MAPA. A OCB, ao mesmo tempo em que se apresentava em nome das cooperativas, assimilou discursivamente os termos democracia e participação. Foi a partir desse discurso que a OCB sempre tentou legitimar-se diante das demais representações patronais (PINTO, 2010).

As cooperativas reuniam, principalmente, associações de grandes proprietários, havendo também a participação de pequenos proprietários, bancos e indústrias. As cooperativas funcionavam com regras definidas como democráticas em assembleias de associados, com voto e voz para todos os investidores. Assim, os grandes proprietários passaram a atuar nos espaços de formulação das políticas públicas, em ministérios, secretarias ou conselhos, como representantes da sociedade civil, defensores dos interesses sociais e não voltados para o lucro de seus investimentos. No entanto, somente na década de 1980, no auge da segmentação da representatividade patronal das frações agrárias da classe dominante, a OCB passou a ter um papel protagonista, sendo sua a liderança na criação, em 1993, da Associação Brasileira do *Agribusiness*, anos depois renomeada como Associação Brasileira do Agronegócio (BRUNO, 1997).

O papel da OCB na reorganização do empresariado rural brasileiro, entre as décadas de 1980 e 1990, foi fundamental. Em 1990, por iniciativa de Ney Bittencourt de Araújo, foram criadas duas instâncias de interlocução entre o empresariado rural e o meio acadêmico: o Instituto Brasileiro do *Agribusiness* (IBA) e o Programa de Estudos dos Negócios do Sistema Agroindustrial (PENSA). O IBA, inicialmente presidido por Roberto Rodrigues, foi o principal organismo de difusão da base ideológica constituída pelo tripé: autogestão, segurança alimentar e competitividade (PINTO, 2010). O PENSA foi elaborado a partir da influência que Ney Bittencourt de Araújo teve por frequentar os seminários, congressos e as conferências organizados no Programa de *Agribusiness* da Universidade de Harvard, coordenado por Ray Goldberg (LAMOSA, 2016).

A Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG), constituída por representantes dos segmentos produtivos que compõem o agronegócio brasileiro, foi fundada em 1993, em um evento no Congresso Nacional, com o objetivo de unificá-los em uma mesma representação patronal. A associação criou, ao longo de duas décadas, um braço pedagógico responsável por formar os dirigentes de seus associados, difundir

seus interesses e valorizar a imagem do agronegócio no país – defendido enquanto o meio mais moderno de desenvolvimento econômico no campo, superior, portanto, ao latifúndio e às práticas produtivas de camponeses e demais trabalhadores rurais, vistas como resquícios de um passado a ser superado. Do ponto de vista do ideário ambiental, este é um discurso com apelo a amplos setores sociais, que reproduzem o senso comum ambientalista, uma vez que o sentido de moderno, posto pelo agronegócio, indica, ideologicamente, uma associação direta com a urgência de se promover um tipo de desenvolvimento sustentável, que não é exequível para o capital, com base em setores e formas de organização da produção classificadas como “arcaicos” e de baixa capacidade tecnológica (LOUREIRO, 2012). Com isso, o mito da modernização ecológica de uma sociedade sem conflitos, que aponta para a parceria e a racionalização no uso dos recursos naturais com aplicação de tecnologia limpa e de ponta (ALIER, 2009), constituiu-se em um eixo discursivo poderoso do agronegócio brasileiro (LAMOSA, 2016).

A ABAG é um tipo novo de organização da classe dominante, difundido no país a partir dos anos 1990, no processo de reorganização do Estado (adoção do modelo de Estado gerencial) e liberalização da economia, com forte transferência das responsabilidades pelas políticas públicas e sociais para setores privados. Enquanto a forma de representação tradicional restringia-se a organizar apenas um segmento da cadeia produtiva, o novo tipo de organização passou a mobilizar, organizar e representar diferentes frações do capital: agrária, comercial, industrial e financeira. A capacidade de mobilização desse tipo novo não é o único fator que o difere do tipo tradicional de representação. A ABAG reuniu, entre suas associadas, indústrias à montante, indústrias à jusante, armazenadores, transportadores, distribuidores, entidades financeiras, comerciais e de serviços. Tomando como referência a diretoria e o conselho administrativo da ABAG, encontram-se, entre seus principais associados, os representantes de diferentes frações do capital (agrária, financeira, industrial etc.) (LAMOSA, 2014).

## **A camada dirigente dos intelectuais orgânicos do Partido do Agronegócio**

O Partido do Agronegócio reivindica ser representante de um conjunto diverso de frações da classe dominante que representam, segundo o site oficial da ABAG<sup>1</sup>, cerca de 30% do PIB, 40% das exportações, mais de 60% do fluxo de caixa

<sup>1</sup> Disponível em: <<http://www.abagrp.org.br/atividadesAgronegocioEscola.php>>.



interno, 40% de toda a força de trabalho e 70% do consumo das famílias brasileiras. A proposta da ABAG é ter o reconhecimento de seu peso político, sendo sua agenda de interesses encaminhada pelas agências do estado estrito (LOVATELLI, 2008).

Em sua criação, a ABAG definiu-se como “a instituição representativa dos interesses comuns aos agentes das cadeias agronômicas, de modo que possam expressar-se de maneira harmônica e coesa nas questões que lhes são comuns.” (REZENDE, 1993, p.18) Estiveram presentes, no lançamento da entidade, diversas lideranças do patronato rural, parlamentares da bancada ruralista, membros do governo, além da imprensa que cobriu a cerimônia. A nova associação reivindicou para si a missão de valorizar a imagem do *agribusiness* brasileiro, estratégia para superar a crise, unificando, sob esse mesmo conceito, diversas frações do capital (LAMOSA, 2016).

A ABAG apresenta o agronegócio como um “novo pacto político do conjunto do empresariado brasileiro em torno da definição de novas alternativas para o desenvolvimento” (BRUNO, 1998, p. 39). É justamente neste ponto em que a ABAG assume seu papel de Partido do Agronegócio, agindo no sentido de unificar as diversas frações, sobretudo as financeiras, industriais, comerciais e agrárias sob uma mesma bandeira. Segundo Gramsci (2011, p.304), este tipo de movimento é próprio das classes sociais:

A unificação das tropas de muitos partidos sob a bandeira de um único partido, que representa melhor e sintetiza as necessidades de toda a classe, é um fenômeno orgânico e normal, ainda que seu ritmo seja muito rápido e quase fulminante em relação aos tempos tranquilos: representa a fusão de todo um grupo social sob uma só direção, considerada a única capaz de resolver um problema vital dominante e de afastar um perigo mortal.

A função assumida pela ABAG, no entanto, só poderia ter sucesso mediante a organização de uma poderosa capacidade dirigente, da formação de intelectuais orgânicos responsáveis por dar vida às estratégias de hegemonia e, por fim, da representação da articulação campo-cidade no interior da classe dominante, através da unidade entre as frações agrária, industrial e financeira do capital. As novas organizações da classe dominante, entre elas a ABAG, caracterizam-se pelo alto poder de formação e difusão de seus interesses. O braço pedagógico desse tipo de organização é formado por entidades que se dividem em relação às tarefas de formar distintas camadas de intelectuais orgânicos da classe e difundir a autoimagem do Agronegócio (LAMOSA, 2014, 2016).

Os intelectuais orgânicos da ABAG são formados para atuarem como dirigentes na organização produtiva das empresas associadas: os professores e

jornalistas são fundamentais na tarefa de disseminar um ideário que valorize as novas organizações. Ambas as categorias, professores e jornalistas, são recrutadas em eventos de premiação que afirmam a autoimagem do agronegócio como setor produtivo responsável social e ambientalmente (LAMOSA, 2014; 2016).

A ABAG teve, ao longo dos seus vinte anos de existência, seis presidentes: Ney Bittencourt de Araújo (1993-1996), Arturo José Furlong (1996), Luiz Alberto Garcia (1996-1999), Roberto Rodrigues (1999-2002), Carlo Lovatelli (2002-2011) e Luiz Carlos Corrêa Carvalho (2011-2013). Cada presidente cumpriu um mandato de três anos, com exceção de Arturo José Furlong, que ficou apenas seis meses no cargo, tendo substituído Ney Araújo, após sua morte, e Carlo Lovatelli, que permaneceu por três gestões. A pesquisa sobre a trajetória de cada intelectual orgânico dirigente permitiu identificar a articulação da ABAG, no interior da sociedade civil, com outras organizações da própria classe dominante, seus vínculos nacionais e internacionais e sua capacidade de penetração nas agências da sociedade política.

O fundador da ABAG, Ney Bittencourt de Araújo (*in memoriam*), nasceu em 1936, em Viçosa (MG), filho de Antônio Secundino de São José, o fundador da Agrocere. Formou-se em Agronomia pela Universidade Federal de Viçosa e graduou-se pela *American Management Association*, em Nova York, no Curso Avançado de Administração. Como presidente da Agrocere, foi também diretor, conselheiro ou presidente de 21 entidades nacionais e internacionais, ligadas ao *Agribusiness*. Foi membro do Conselho Técnico do *Industry Council for Development* (órgão ligado ao Banco Mundial, em Nova York) e ao *International Board da International Food and Agribusiness Management Association (IFAMA)*, em Boston. (RODRIGUES, 1997)

Luiz Alberto Garcia nasceu em 1935, em Uberlândia (MG). Formou-se em Engenharia Eletrônica pela Escola Federal de Itajubá. Atualmente, é presidente do Conselho de Administração da Algar, grupo empresarial fundado por seu pai, Alexandrino Garcia, que atua nos segmentos de Telecom/TI, Agro, Serviços e Entretenimento. O setor agro do grupo é responsável por 34% da receita total. O grupo Algar conta com 20 mil colaboradores. (PINAZZA, 2013)

Arturo José Furlong (*in memoriam*) nasceu na Argentina, em 1929, mas naturalizou-se brasileiro. Foi no Brasil que construiu sua carreira no agronegócio. Trabalhou nas empresas Wilson Sons S.A., DuPont do Brasil S.A. e atuou, por mais de 30 anos, no grupo Bunge, como diretor da Sanbra e presidente da SAMRIG Moinhos Riograndense. Sua atuação no campo institucional não foi menor. Presidiu, por duas gestões, a Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove), foi vice-presidente da *International Association of Seed Crushers (IASC)* e diretor e vice-

presidente da Associação Brasileira das Indústrias da Alimentação (ABIA). Na ABAG, foi eleito vice-presidente em junho de 1994 e, em janeiro de 1996, assumiu a presidência pelo período de seis meses. (PINAZZA, 2013)

Roberto Rodrigues nasceu em Cordeirópolis (SP), em 1942. Engenheiro agrônomo formado pela ESALQ USP é, atualmente, coordenador do Centro de Agronegócios da Fundação Getúlio Vargas e pesquisador visitante do Instituto de Estudos Avançados da USP. É autor de nove livros e coautor de diversos outros. *Doutor Honoris Causa* pela UNESP, é o embaixador especial da FAO para o Ano Internacional do Cooperativismo. Foi dirigente de cooperativas agrícolas e de crédito rural. Foi presidente da OCB, da Organização Internacional de Cooperativas Agrícolas e da Aliança Cooperativa Internacional – ACI. Como presidente da ABAG (de 1999 a 2002), foi o responsável pela criação do Congresso Brasileiro do Agronegócio e deixou o cargo para assumir o MAPA (2003-2006) onde continuou a cumprir a tarefa de intelectual orgânico da ABAG, na sociedade política. (LAMOSA, 2014)<sup>2</sup>

A diretoria eleita para o mandato mais recente (2011-2014) tem, em Carlo Lovatelli, seu presidente. Lovatelli nasceu em São Paulo, em 1945, é bacharel em Física, pela Universidade de São Paulo, e pós-graduado em Administração de Empresas, pela Fundação Getúlio Vargas. Preside, atualmente, a Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove), após ter sido executivo da Bunge por 33 anos, em várias áreas. Assumiu a Presidência da ABAG em 2002 e permaneceu no cargo por três gestões, até este último mandato, iniciado em 2011. Todos os presidentes, assim como os demais intelectuais orgânicos da ABAG, desempenharam importantes papéis na difusão dos interesses do Partido do Agronegócio, na sociedade civil (PINAZZA, 2013)

A ABAG teve, ao longo das últimas duas décadas, uma intensa atuação na área da pesquisa agropecuária, com articulação com a EMBRAPA, o Instituto PENSA, localizado na Universidade de São Paulo (USP), o Instituto para o Agronegócio Responsável (ARES) e, mais recentemente, o Centro de Estudos do Agronegócio (GV Agro), localizado na Fundação Getúlio Vargas (FGV-SP), além da Escola Superior de Agricultura Luiz de Quiróz (Esalq), tradicional escola de formação do patronato paulista (MENDONÇA, 1999).

O PENSA, segundo Pinto (2010), enquanto aparelho privado de hegemonia, conseguiu unificar, embasar e fortalecer o discurso das frações agroindustriais que criariam a ABAG “visando reforçar e ampliar seu espaço político de atuação e sua legitimidade também junto às agências da sociedade política.” (p. 16). A criação do

---

<sup>2</sup> Dados disponíveis nos arquivos do CPDOC: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/roberto-rodrigues>>.

PENSA foi resultado da parceria entre um grupo de intelectuais (a maioria engenheiros agrônomos) formados na Esalq, o Instituto Brasileiro do *Agribusiness* (IBA), presidido pelo próprio Roberto Rodrigues, a OCB e professores da Faculdade de Economia e Administração (FEA-USP). O PENSA possui um histórico de vinte anos de trabalhos, no auge de sua capacidade de formulação, formação e divulgação de pesquisas científicas de interesse do agronegócio, em relação estreita com a ABAG, possuindo diretores em comum (PINTO, 2010).

O PENSA, desde sua criação, esteve situado fisicamente no interior da FEA-USP e recebeu verbas de empresas privadas e organizações do agronegócio brasileiro. O financiamento de suas pesquisas, de seus cursos e de suas publicações é realizado por meio de um conjunto de fundações que atuam no interior da USP: Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE), Fundação para a Pesquisa e Desenvolvimento da Administração, Economia e Contabilidade (FUNDACE) e, destacadamente, Fundação Instituto de Administração (FIA). Estas fundações são fundamentais para as parcerias público-privadas entre o Programa, situado em uma instituição pública, e o financiamento de empresas de direito privado e entidades do *agribusiness*, brasileiras e estrangeiras (PINTO, 2010).

O PENSA dedicou-se, desde a origem, tanto a programas regulares de ensino, quanto à formação continuada, com destaque para os cursos dirigidos às empresas associadas, incluindo várias associações e cooperativas organizadas na ABAG, como a Cooperativa Agropecuária Holambro, Cooperativa Batavo, Frunorte, Dinamilho, Associação dos Viticultores de São Miguel Arcanjo (AVITI) e Cooperativa Central Agropecuária (SUDCOOP). O Programa especializou-se em pesquisas (estudos de caso) organizadas por professores, com a participação de alunos e intelectuais das empresas interessadas (LAMOSA, 2016). Os projetos desenvolvidos pelo PENSA, segundo Zylberstajn<sup>3</sup>, dedicam-se a “situações-problema enfrentados por empresas reais e que são ilustrativos do momento por que passa o *agribusiness* brasileiro e internacional.” (PINAZZA, 1993, p.23).

A atividade do PENSA não pode ser percebida apenas como uma mera instrumentalização de frações agrárias que passaram a ter assistência na inovação tecnológica. Os intelectuais associados ao PENSA, ou formados pelo IBA, foram responsáveis por organizar e uniformizar o discurso do agronegócio brasileiro. Isto foi fundamental para a conjuntura de criação da ABAG. Além das pesquisas e dos cursos, o Programa editou, ao longo dos anos, diversos trabalhos acadêmicos que

---

<sup>3</sup> Décio Zylbersztajn é engenheiro agrônomo, professor titular do Departamento de Administração da Faculdade de Economia e Administração (FEA-USP), coordenador-geral e um dos fundadores do PENSA.

visam produzir tal discurso. Além das obras de Décio Zylbersztajn, o Programa publicou livros organizados por Elizabeth Farias, economista, professora da FEA/USP e presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE); Ney Bittencourt de Araújo, organizador de diversos trabalhos; Luiz Antônio Pinazza, gerente da Área de Estudos de Economia e Planejamento da “Semente Agroceres S.A.”; e Ivan Wedekin, diretor comercial da “Semente Agroceres” (PINTO, 2010).

O pensamento pedagógico produzido pela ABAG, a partir de seus aparelhos privados de hegemonia, baseia-se no binômio: competitividade internacional e segurança alimentar. A competitividade seria garantida pela inserção definitiva do agronegócio brasileiro no mercado mundial. Para organizar tal inserção, a ABAG criou o Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais (ICONE). A segurança alimentar foi o tema difundido, internacionalmente, pelos intelectuais coletivos do capital (Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, UNESCO) e, nacionalmente, pela ABAG. Para organizar a difusão da “responsabilidade social” e do compromisso do agronegócio com a “sustentabilidade”, foi criado, em 2008, o Instituto para o Agronegócio Responsável (ARES) (LAMOSA, 2014).

A difusão da responsabilidade sócio-ambiental do agronegócio brasileiro é feita, portanto, pelo ARES. O investimento no agronegócio é divulgado pelo Instituto como a ferramenta fundamental para a inserção do Brasil no mercado internacional e estratégia para solução dos problemas sociais do país. A solução desses problemas deve ser garantida por meio da Segurança Alimentar, que sustentaria o aumento do consumo interno, a melhoria na produtividade e, conseqüentemente, a maior competitividade do país na globalização do mercado internacional (PINTO, 2010). Segundo Meire Freire, superintendente do ARES, e Roberto Waak, presidente do Conselho Consultivo do Instituto, o processo de criação do ARES esteve associado à mobilização das frações empresariais do ramo da soja para ações no campo da sustentabilidade (LACERDA, 2012). Nesta conjuntura, a Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (ABIOVE), através de seu intelectual orgânico Carlo Lovatelli, organizou uma série de seminários com o tema sustentabilidade no agronegócio, justificada principalmente pelas exigências sanitárias, cada vez maiores, para a exportação dos produtos agrários e agropecuários, na atualidade. A partir desses encontros, surgiu a iniciativa de criação da ARES (LACERDA, 2012).

Embora tenha sido uma empreitada dos produtores de soja, após dois anos da sua criação, o Instituto já possuía, entre suas associadas, diversas organizações que representavam produtores – ao todo vinte e três, de outros ramos – incluindo, entre a maioria, algumas entidades filiadas à ABAG. Este foi o caso da Associação Nacional de Defesa Vegetal (ANDEF), Associação das Indústrias da Cana de Açúcar

(ÚNICA) e Associação das Indústrias da Alimentação (ABIA). Além disto, o presidente do Conselho Consultivo da ARES é Carlo Lovatelli, ex-presidente da ABAG. A ARES tem, ainda, a responsabilidade de realizar a organização e instrumentalização de processos de gestão interna de seus mantenedores, destacadamente, em relação às exigências impostas pelo mercado internacional e demandas relacionadas às práticas econômicas que impactam o meio ambiente (LAMOSA, 2014).

O Instituto elabora planos de ação que podem variar desde um “manifesto” em torno do compromisso público de rompimento com certas práticas socioambientais, até planos de transição para realizar tal rompimento (LACERDA, 2012). Em relação a isso, o ARES difunde o “modelo de governança *multistakeholder*” como ferramenta antecipada de conflitos. Este modelo é exaltado enquanto instrumento fundamentalmente democrático que possibilita a consideração do ponto de vista de todos os interessados em torno de uma dada problemática. Em pesquisa, realizada no ano de 2008, intitulada “Governanças Socioambientais nos Sistemas Agroindustriais” (ABAG, 2013), foram identificadas diferentes experiências bem sucedidas que utilizaram a metodologia *multistakeholder*, no país. O ARES promete aos seus mantenedores assistência técnica para uma prática responsável sustentável (LAMOSA, 2016).

Desde 2001, em Ribeirão Preto, região conhecida como “Capital do Agronegócio”, foi organizada, pela ABAG-RP, uma entidade “coirmã” à ABAG, com o objetivo de difundir a nova imagem do empresariado brasileiro, produzida pela Associação e seus aparelhos privados de hegemonia. Diferente de outras entidades representativas da classe dominante, a ABAG não constituiu um departamento ou uma secretaria educacional. A iniciativa do Partido do Agronegócio foi criar essa entidade “coirmã” com o único intuito de reproduzir a imagem do agronegócio formulada a partir da relação da ABAG com o meio acadêmico. Em Ribeirão Preto, a entidade vem assegurando a difusão dessa imagem, através de inúmeras atividades, dentre as quais se destaca o Programa Educacional Agronegócio na Escola, responsável por valorizar o agronegócio na região (LAMOSA, 2014, 2016).

### **A escola pública e a formação da camada subalterna dos intelectuais orgânicos do Partido do Agronegócio**

O Programa Educacional Agronegócio na Escola já existe há 17 anos e sofreu, ao longo da sua história, alterações que visaram ampliar a ação pedagógica da Associação, no sentido proposto de melhorar a imagem do agronegócio. A assimilação da comunidade escolar é realizada por meio de visitas aos associados da

ABAG e concursos de frase, desenho e redação que premiam alunos e professores. O programa foi destinado, segundo o site oficial da ABAG, aos estudantes das escolas públicas com o objetivo de “levar os conceitos fundamentais do agronegócio para as salas de aula, de forma multidisciplinar” (LAMOSA, 2016, p. 234) e atinge, atualmente, todas as redes municipais da macrorregião de Ribeirão Preto (com exceção do município de Matão) que possuem escolas que oferecem os dois últimos anos do segundo segmento do ensino fundamental (LAMOSA, 2014, 2016).

A estratégia de inserir nas escolas um programa de educação ambiental do agronegócio visa promover a valorização da sua imagem, segundo o próprio site da ABAG. O programa objetiva educar jovens, filhos de trabalhadores, apresentando o ideário da responsabilidade social e ambiental do agronegócio, enquanto caminho moderno e viável para a sustentabilidade, em uma região marcada pelos conflitos social e ambiental. Em seu site oficial, a ABAG justifica o investimento no programa Agronegócio na Escola, pois entende que um dos instrumentos mais eficazes para promover a valorização da imagem do Agronegócio é a educação. Tal valorização deve ser feita, pelo Programa, através da ampliação da consciência dos estudantes sobre as atividades agroindustriais da região (LAMOSA, 2016).

A ABAG, conforme foi expresso na entrevista com sua diretora executiva, em Ribeirão Preto, “garante que entende o seguinte: cada um trabalha a sua maneira e nós fornecemos este material de apoio” (LAMOSA, 2014, p. 371). A ABAG, segundo a coordenadora do Programa, “não entra em sala de aula”. De fato, nenhum dos professores entrevistados destacou qualquer interferência da Associação em seu trabalho. Este é um dos elementos centrais no processo da adesão dos professores: o Programa Educacional Agronegócio na Escola não impõe um único formato de projeto a ser desenvolvido. Isso restringiria muito as possibilidades de ação do Programa.

No decorrer desta pesquisa, foram entrevistados 17 docentes, como já comentado. Duas questões foram ressaltadas pelos professores entrevistados: a adesão ao Programa ocorreu “voluntariamente” e sua “autonomia” pedagógica vinha sendo respeitada. A “autonomia”, identificada nas entrevistas com os docentes, é compreendida, neste artigo, como elemento fundamental para o êxito da inserção do Programa nas escolas. Essa “autonomia” vem permitindo à Associação ter acesso a toda produção criativa, produzida pelo trabalho pedagógico nas escolas. Sem engessar o trabalho docente em um único formato, a Associação expropria o conhecimento produzido nas escolas públicas, sem produzir grandes tensões com os trabalhadores e com um gasto relativamente reduzido. Segundo as coordenadoras

da ABAG, o programa educacional custa à associação “cerca de cem mil reais por ano” (LAMOSA, 2014).

O programa, ao garantir uma “autonomia” limitada aos docentes, permite que estes executem a proposta de divulgação da ABAG, sem se sentirem “funcionários” do agronegócio. Como disse uma professora, entrevistada durante a pesquisa, em 2014, em uma escola municipal de Dourado (SP): “Eu não sou funcionária da ABAG” (LAMOSA, 2014). Segundo a mesma professora, o projeto desenvolvido com os alunos divulga a mensagem da Associação por meio de um *blog*, um jornal com tiragem de mil exemplares e inserções na rádio, em uma cidade com cinco mil habitantes, aproximadamente. Embora não seja uma funcionária estrito senso da ABAG (não tenha contrato ou receba salário), a professora cumpre uma “função” bastante importante na difusão da imagem a qual a Associação deseja associar-se: sustentável e responsável socialmente.

O “Prêmio Professor”, etapa final do Programa Educacional Agronegócio na Escola, avalia aqueles profissionais durante o processo de formação pelo qual passam – que envolve palestras e visitas às unidades produtivas das empresas associadas da ABAG – e os projetos desenvolvidos nas escolas. Os professores vencedores ganham prêmios e um passeio na feira *Agrishow*, organizada pela ABAG, em Ribeirão Preto. O apoio dos educadores é fundamental para o sucesso da entrada do empresariado na escola pública (LAMOSA, 2014, 2016).

A primeira forma de adesão dos docentes acontece por meio de “capacitações”, que ocorrem em dois momentos. O primeiro momento é uma palestra com o ex-ministro da agricultura, Roberto Rodrigues, acompanhado de um convidado. Entre 2011 e 2014, o convidado foi o médico Içami Tiba (LAMOSA, 2014). A avaliação de uma professora de uma escola municipal de Dourado (SP), entrevistada pela pesquisa, demonstra o entusiasmo com a atividade: “Adorei. Foi uma palestra. No primeiro dia, foi uma palestra com Içami Tiba. Todos os professores gostam dele, né? Curti muito.” (LAMOSA, 2016, p. 197). O segundo momento da “capacitação” é realizado no interior das empresas associadas da ABAG, em municípios da região de Ribeirão Preto. De acordo com a professora de uma das escolas municipais de Guariba: “a visita foi super interessante. Nós consumimos diversos produtos e nem sabemos quais os processos pelos quais passam até chegar em nossas casas.” (LAMOSA, 2016, p. 199). Ambos os momentos da “capacitação” oferecidos pela ABAG são indispensáveis para a participação docente no Programa e, de acordo com os dados colhidos por meio das entrevistas com os docentes, mostram-se fundamentais no processo de adesão destes ao projeto da ABAG de



utilizar as escolas públicas em sua campanha de valorização da imagem do agronegócio.

O “Prêmio Professor” é mais uma ação do Programa Educacional Agronegócio na Escola que tem como objetivo mobilizar os professores. O “Prêmio Professor” é realizado em uma culminância que registra a passagem da propriedade intelectual dos projetos desenvolvidos nas escolas públicas à ABAG. Nem todas as escolas e os professores envolvidos no Programa inscrevem-se no “Prêmio Professor”. Segundo o regulamento, a proposta deve ser entregue em nome de um único docente por escola e deve abordar o tema da edição anual. A proposta deve detalhar como o tema será trabalhado em relação aos conteúdos designados e destacar os conceitos que serão transmitidos aos alunos. Segundo o regulamento,

[a] remessa dos trabalhos significará a aceitação plena das normas contidas no presente regulamento. Os trabalhos não serão desenvolvidos e poderão ser utilizados, na condição de cessão dos direitos autorais, para fins de produção editorial e replicação dentro do Programa Educacional Agronegócio na Escola (LAMOSA, 2016, p. 193).

Neste sentido, todo e qualquer material entregue pelas escolas à ABAG, para avaliação no “Prêmio Professor” (maquetes, revistas artesanais, pequenos vídeos, desenhos, frases, redações, gravações de programas em rádios comunitárias, fotos das feiras de sustentabilidade realizadas pelas escolas), passam a ser propriedade da ABAG, podendo ser reproduzidos em campanhas de *marketing* ou em qualquer processo de divulgação da Associação.

A avaliação dos docentes no “Prêmio Professor” ocorre em duas etapas. Na primeira etapa, são avaliados a participação do professor, no período de formação continuada, e o projeto elaborado. Na segunda parte, os seis melhores projetos que entregarem o relatório final são selecionados e apresentados no encontro de encerramento. Cada projeto é apresentado por dez minutos e julgado por uma equipe. A avaliação é realizada a partir de critérios divididos em três partes: capacitação do professor, entrega do projeto final e qualidade geral do projeto apresentado. A primeira parte, relativa à capacitação dos professores, é dividida entre a presença na palestra e a presença na visita aos associados. A segunda parte é dividida em duas questões: os objetivos do “Prêmio Professor” foram atingidos? O projeto é criativo e contribui para a inovação no desenvolvimento do tema com os alunos? Já a terceira parte avalia a qualidade dos projetos em todas as suas etapas: introdução, objetivos, metodologia, resultados e conclusão. Em 2011, as frases escritas pelos alunos vencedores do concurso foram: “Agronegócio: uma palavra,

milhões de emprego; Agronegócio: cultivando reserva de vida para o futuro! Agronegócio: combustível que faz o mundo funcionar” (LAMOSA, 2016, p. 226).

Os critérios de avaliação do “Prêmio Professor” dizem muito sobre as formas de assimilação dos docentes ao Programa. Para serem bem sucedidos no concurso, os docentes precisam participar de todas as etapas da capacitação e cumprir com os objetivos do Prêmio, lembrando que o primeiro, entre outros, é valorizar a imagem do agronegócio. As duas tarefas equivalem a 50% de toda a avaliação: 30% referentes à capacitação e 20% à fidelidade aos objetivos da ABAG-RP. Dos demais 50% da avaliação, 20% são relativos ao aspecto “criatividade/inação do tema agronegócio com os alunos” e 30% no próprio projeto (LAMOSA, 2014).

O “Prêmio Professor” é concluído no mesmo momento de finalização do Programa, em uma grande culminância, quando alunos e professores são premiados pela participação na edição. É importante notar que essa premiação tem um valor muito mais simbólico do que material. Os prêmios não possuem grande valor agregado. Com exceção do primeiro e do segundo lugares, que são premiados com máquina fotográfica e *pen drive*, os demais recebem bonés e camisas da Associação. No dia da culminância, os alunos e professores apresentam, para um auditório lotado, os projetos realizados durante o ano, passando à Associação o patrimônio imaterial e material dos mesmos (LAMOSA, 2014).

O papel dos profissionais da educação na pedagogia da ABAG é de mediação entre os interesses privados e os alunos das escolas públicas. Os temas geradores trabalhados nas escolas passam a ter correspondência direta com o projeto empresarial, assim como muitos conceitos e categorias trabalhados em sala de aula e apresentados aos alunos pelos materiais didáticos formulados pelas empresas. O protagonismo dos profissionais que trabalham nas escolas é colocado a serviço do interesse maior do programa de valorização da imagem do agronegócio e estes passam a ter o papel de mediação na difusão dos interesses empresariais. É neste sentido que sustentamos que estes professores passam a compor uma nova camada “subalterna” de intelectuais, que atuam junto ao projeto da ABAG, com a responsabilidade de difundir as concepções de mundo formuladas pela camada de intelectuais dirigentes da Associação.

## Conclusão

Neste artigo, concluímos que a ABAG assumiu a tarefa histórica de “Partido do Agronegócio” no Brasil, articulando, na sociedade civil, a formação dos intelectuais orgânicos e a difusão da imagem associada à responsabilidade socioambiental e, na

sociedade política, a ocupação de cargos e inserção dos seus interesses particulares, apresentados como demandas de toda a sociedade. A inserção da ABAG nas instituições públicas de ensino e pesquisa visa difundir a “ideologia do agronegócio” em pelo menos dois sentidos: em relação àquelas instituições do Ensino Superior e, especificamente, à Embrapa, a “ideologia do agronegócio” cumpre o papel de organizar a consciência de classe; enquanto que o trabalho ideológico, nas escolas públicas da Educação Básica nos municípios da região de Ribeirão Preto, objetiva difundir, por meio do trabalho realizado no interior das escolas, a concepção de mundo da ABAG e uma imagem positiva do agronegócio.

O interesse em valorizar a imagem do agronegócio, vinculando-o à sustentabilidade e à responsabilidade social tem, no Programa Educacional Agronegócio na Escola, uma ferramenta fundamental na difusão da “ideologia do agronegócio”. A inserção nas instituições de ensino ocorre por meio da adesão dos professores das escolas públicas e da divulgação da imagem do agronegócio é realizada por meio dos projetos formulados por docentes que, em sua imensa maioria, afirmam participar do Programa de forma voluntária e nutrir grande autonomia em seu trabalho, embora a amostra de professores tenha-se restringido a pouco mais de 30% dos participantes na edição de 2013. A pesquisa, que resultou neste artigo, sugere que esta autonomia é um dos principais mecanismos de cooptação destes profissionais, além daqueles imediatamente visíveis, como a política de premiações, sobretudo aos alunos.

## Referências

- ALIER, Joan M. *O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração*. São Paulo: Ed. Contexto, 2009. 384p.
- BRUNO, Regina. *Senhores da terra, senhores da guerra: nova face política das elites agroindustriais no Brasil*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997. 160p.
- GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do cárcere*. Vol. 2. Os intelectuais, O princípio educativo. Jornalismo. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2000. 336p.
- \_\_\_\_\_. *O leitor de Gramsci: escritos escolhidos 1916-1935* / Carlos Nelson Coutinho, organizador. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. 378p.
- LACERDA, Eliane V. *Brasil integrado: a ideologia sistêmica do agronegócio na Associação Brasileira de Agribusiness*. 2009. 203f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Programa de Pós-Graduação

em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2009.

LAMOSA, Rodrigo. *Estado, classe social e educação no Brasil: uma análise crítica da Hegemonia do Agronegócio*. 2014. 436f. Tese (Doutorado em Educação), Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

\_\_\_\_\_. *Educação e Agronegócio: a nova ofensiva do Capital sobre a escola pública*. Curitiba: Ed. Appris, 2016. 327p.

LOUREIRO, Carlos. F. B. *Sustentabilidade e educação: um olhar de ecologia política*. Rio de Janeiro: Ed. Cortez, 2012. 128p.

LOVATELLI, Carlo. *10 anos ABAG: em defesa do desenvolvimento do país*. São Paulo: ABAG, 2003. 72p.

\_\_\_\_\_. *15 anos ABAG: uma história de realizações em benefício do agronegócio brasileiro*. São Paulo: ABAG, 2008. 79p.

MARTINS, André. S.. *A direita para o social: a educação da sociabilidade no Brasil Contemporâneo*. Juiz de Fora: UFJF, 2009. 223p.

MENDONÇA, Sônia R. *Ruralismo brasileiro*. São Paulo: Hucitec, 1997. 220p.

\_\_\_\_\_. *Agronomia e poder no Brasil*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1999. 203p.

\_\_\_\_\_. *O patronato rural no Brasil recente (1964-1993)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010. 300p.

PINAZZA, Luiz Antonio. *Publicação comemorativa dos 20 anos da ABAG*. São Paulo: ABAG, 2013. 72p.

PINTO, Rafaela. G. *O novo empresariado rural no Brasil: uma análise das origens, projetos e atuação da Associação Brasileira do Agribusiness (1990-2002)*. 2010. 125f. Dissertação (Mestrado em História), Faculdade de História, Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

REZENDE, Fernando. *Metamorfose do estado brasileiro*. Brasília: Ed. ABAG, 1993. 173p.

RODRIGUES, Roberto. *Ney Bittencourt: o dínamo do agribusiness*. SP: Ed. FGV, 1997. 265p.

ZYLBERSZTAN, Décio; SCARE, Roberto F. (Org.). *Gestão da qualidade no agribusiness: estudos e casos*. São Paulo: Ed. Atlas, 2002. 273p.

Recebido em: 14/04/2017.

Aceito em: 06/03/2018.

### **Rodrigo Lamosa**

Doutor em Educação (PPGE/UFRJ). Professor Adjunto do Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares (PPGEduc) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Áreas de interesse: políticas públicas, trabalho e educação, Estado e Poder, Educação Ambiental e formação de professores.

Contato: [rodrigo1281@yahoo.com.br](mailto:rodrigo1281@yahoo.com.br)

### **Frederico Loureiro**

Doutor em Serviço Social (UFRJ). Professor Associado do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Áreas de interesse: políticas públicas, trabalho e educação, Estado e poder, Educação Ambiental, formação de professores.

Contato: [fredericoloureiro89@gmail.com](mailto:fredericoloureiro89@gmail.com)